

CORREIO
DAS REGIÕES

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SÃO CARLOS



Norma também autoriza a apreensão dos produtos irregulares

São Carlos regulamenta fiscalização de fogos de artifício

Após a repercussão da decisão do Ministério Público sobre o uso de fogos com estampido em eventos com cavalos, a Prefeitura de São Carlos regulamentou a fiscalização da comercialização, armazenamento, transporte e soltura de fogos de artifício no município. O decreto, publicado no Diário Oficial, define a atuação dos órgãos responsáveis e prevê multas de R\$ 5.763 para pessoas físicas e R\$ 15.368 para pessoas jurídicas em caso de infração. A norma também autoriza a apreensão dos produtos irregulares e estabelece que a fiscalização poderá ocorrer por ações programadas ou após denúncias da população. O município também poderá promover campanhas de conscientização sobre os riscos do uso irregular de fogos e seus impactos na saúde, no bem-estar animal e no meio ambiente, além da segurança pública.

Hospital realiza captação de cinco órgãos

O Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence, em São José dos Campos, realizou a captação de órgãos de uma mulher de 47 anos após confirmação de morte encefálica. Com autorização da família, foram doados fígado, rins e córneas, beneficiando cinco pessoas. Antes do procedimento, familiares, amigos e profissionais do hospital fizeram um corredor de aplausos para homenagear a doadora. Desde o início do ano, a unidade já efetivou quatro doações de órgãos e tecidos.

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS



Procedimento teve a condução da equipe médica da OPO

Patriota cobra pediatras nas UBSs de Franca

O vereador Leandro O Patriota cobrou soluções para a falta de pediatras em Unidades Básicas de Saúde de Franca. Segundo ele, a ausência de especialistas tem obrigado famílias a buscar atendimento em bairros mais distantes. O parlamentar afirmou que pretende ampliar o debate sobre o tema entre os vereadores e atribuiu a dificuldade de contratação à remuneração oferecida. Leandro também criticou problemas no agendamento de consultas na rede municipal e informou que solicitará providências ao Executivo.

Limeira amplia prazo para frota escolar

A Câmara de Limeira aprovou projeto que amplia em até dez anos o prazo de transição para substituição da frota do transporte escolar. A proposta, do vereador Everton Ferreira, busca evitar que prestadores de serviço atuem na ilegalidade ou deixem de trabalhar. As exigências de segurança, inspeções e vistorias periódicas dos veículos permanecem inalteradas. O projeto segue para sanção do Executivo.

Lei de Anistia em Itu

A Prefeitura de Itu realizará, no dia 28 de julho, uma audiência pública para apresentar e discutir a proposta da nova Lei de Anistia, voltada à regularização de edificações clandestinas ou irregulares. O encontro será às 19h, no auditório da Secretaria Municipal de Educação, no Itu Novo Centro. A participação da população é aberta.

Emendas parlamentares

A Câmara de Bauru aprovou, em duas discussões e por unanimidade, projeto da prefeita Suellen Rosim (PSD) que ajusta 35 emendas parlamentares impositivas ao Orçamento de 2026. A proposta corrige impedimentos técnicos e atualiza beneficiários, valores e classificações, sem alterar o total dos recursos destinados.

Limpeza de terrenos

A Vigilância Sanitária de Franca notificou mais 146 proprietários para a limpeza de terrenos. Com isso, cerca de 1,4 mil imóveis já foram intimados neste ano. Os donos têm prazo de 15 dias para realizar a manutenção. O descumprimento pode resultar em multa e na execução do serviço pela Prefeitura, com cobrança ao proprietário.

Diagnóstico do TDAH

Sorocaba realizou audiência para discutir os impactos do diagnóstico tardio do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. O encontro reuniu especialistas, profissionais da saúde e representantes da sociedade civil, que defenderam o diagnóstico precoce, maior capacitação da rede pública e políticas para ampliar o acesso ao tratamento.

Exportações de Taubaté

Taubaté exportou US\$ 405,5 mi (cerca de R\$ 2,1 bi) no primeiro semestre de 2026, melhor resultado para o período desde 2019, segundo o Ministério do Desenvolvimento. O valor representa alta de 3% em relação a 2025. A Argentina liderou as compras, seguida por México e Chile. A indústria automobilística respondeu por 82% das exportações.

Carteira da Parkinson

São José do Rio Preto entregou as primeiras Carteiras de Identidade Específica da Pessoa com Parkinson. O documento garante atendimento prioritário em serviços públicos e privados, facilita o acesso à saúde, assistência social e educação, além de assegurar gratuidade no transporte público municipal para o paciente e um acompanhante.



Caso completa dois anos sem acordo entre o Ministério Público e a usina

Usina rejeita acordo sobre mortandade no Rio Piracicaba

MP vai recorrer à Justiça para buscar reparação ambiental

Por **Raphaela Cordeiro**

Dois anos após a mortandade de peixes registrada no Rio Piracicaba, no Ribeirão Tijuco Preto e na Área de Proteção Ambiental (APA) Tanquã-Rio Piracicaba, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) informou que adotará medidas judiciais para buscar a responsabilização dos envolvidos e a reparação dos danos ambientais e socioeconômicos. A decisão ocorre após a Usina São José S/A Açúcar e Alcool recusar a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Segundo o MPSP, as investigações apontam que o desastre ambiental teve relação com o extravasamento de melão e águas residuárias das instalações da usina, em Rio das Pedras. O material atingiu o Ribeirão Tijuco Preto e, posteriormente, o Rio Piracicaba, provocando intensa mortandade de peixes, degradação da vegetação ciliar em Área de Preservação Permanente (APP), prejuízos à fauna aquática e impactos à APA Tanquã.

Desde julho de 2024, o Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA) conduz um inquérito civil para apurar as

causas, a extensão dos danos e as responsabilidades pelo caso. Durante a investigação, foram analisados relatórios da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), laudos da Polícia Federal, pareceres técnicos do Centro de Apoio à Execução (CAEx) do MPSP e informações de órgãos ambientais, municípios e representantes dos pescadores atingidos.

A proposta de TAC buscava uma solução consensual para garantir a reparação integral dos danos. Entre as medidas previstas estavam ações de recuperação ambiental, monitoramento da qualidade da água, avaliação dos impactos sobre a biodiversidade, fortalecimento da fiscalização da APA Tanquã, programas de educação ambiental e compensações pelos prejuízos ambientais e aos pescadores afetados.

De acordo com o MP, apesar das reuniões e da oportunidade para apresentação de contrapropostas, a usina recusou o acordo por discordar dos fundamentos da proposta. O MP também atua na ação movida pela empresa contra a Cetesb para discutir a multa administrativa aplicada. O órgão defende a manutenção da penalidade com base na legislação federal.